

Senado decide que fará investigação sobre Jader

João Domingos
de Brasília

O Senado decidiu investigar seu presidente licenciado, Jader Barbalho (PMDB-PA). Para tanto, vai abrir contra ele, no Conselho de Ética, processo por quebra de decoro parlamentar e vasculhar a papelada do Banco Central que apura o desvio de verbas do Banpará. Auxiliará ainda o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Ministério Público a rastrearem contas bancárias, chamadas telefônicas e as declarações do senador ao Fisco.

A reunião de ontem do Colégio de Líderes do Senado decidiu o destino de Jader. E, depois de quase duas horas de debate, os líderes chegaram a uma conclusão: é quase impossível a volta de Jader à presidência do Senado. O líder do PT e das oposições no Senado, José Eduardo Dutra (SE), perguntou aos senadores, logo no início da reunião: “Alguém acredita que Jader reassumirá a cadeira de presidente?” Não houve resposta. Nem mesmo do líder do PMDB, Renan Calheiros

(AL), então aliado de Jader Barbalho, sobre o qual caíam as desconfianças dos líderes de oposição e do PFL, interessados em investigar Jader.

O silêncio levou Dutra a concluir que não seria necessário estabelecer normas segundo as quais, sem respeitá-las, Jader não poderia retornar ao cargo de presidente, do qual se licenciou por 60 dias. Mas deixou a reunião dizendo que, apesar de tudo, não há instrumento legal para obrigar o senador paraense a renunciar: “É uma atitude unilateral.”

Os líderes concordaram com três passos importantes para definir o futuro de Jader Barbalho. Na segunda semana do reinício dos trabalhos do Congresso — portanto, lá pelo dia 8 —, a Comissão de Constituição e Justiça aprovará o pedido ao BC para que seja fornecido ao Senado, na íntegra, o relatório sobre irregularidades no Banpará. Em seguida, será ouvido o plenário. Com o relatório nas mãos, os senadores poderão pedir ao Minis-

tério Público os dados de todas as investigações para fundamentar possíveis novos processos contra Jader.

Também ficou decidido que o Conselho de Ética abrirá dois processos contra Jader: um, a respeito da suposta cobrança de propina de US\$ 5 milhões para ajudar na liberação de um projeto de US\$ 40 milhões da Zona Franca de Manaus; outro, pela omisão, na declaração do Imposto de Renda, da compra de um imóvel rural. Por fim, ficou decidido que, qualquer pedido para que Jader seja investigado pelo STF, será votado e aprovado em 72 horas.

No fim de junho, o Colégio de Líderes conseguiu convencer Jader Barbalho a fazer uma reunião, justamente para tratar das denúncias contra o senador. Quando as oposições tentaram acertar o pedido de envio do relatório do Banpará ao Senado, Jader reagiu.

“Ele pôs os pés na parede e não permitiu que fizéssemos um acordo de mérito para a aprovação do requerimento”, diz o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO).

“Agora, não há jeito. O relatório terá de vir ao Senado.”

O presidente interino do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), avisou ontem, depois da reunião de líderes, da qual também participou o corregedor-geral do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), que serão acelerados os procedimentos de concessão da licença que deverá ser solicitada pelo STF para processar o senador Jader Barbalho. O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros, afirmou que o partido aprovará todos os requerimentos e autorizações que forem necessários para o esclarecimento das denúncias.

Além da situação de Jader, os líderes partidários estudam a pauta que deverá ser votada até o fim do ano. Entre os temas estão a Lei das Sociedades Anônimas, a reforma do Judiciário e o projeto que regulamenta as eleições primárias. Os senadores querem ainda participar dos debates sobre a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Líderes afirmam que qualquer pedido para que o STF examine denúncias contra o político paraense será votado em 72 horas